

EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C é um periódico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um Periódico Científico que disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico www.ser.ufupr.br/rcc.

A RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria é direcionada a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas. A sua missão é difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Consequentemente, o objetivo do periódico é publicar e difundir pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil.

O periódico publica contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas com a contabilidade, controladoria ou finanças e suas características informacionais nos diferentes contextos socioeconômicos e empresariais, nas áreas pública, privada e do terceiro setor. Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira, Teoria Contábil, Controladoria, Custos, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Auditoria e Perícia, Finanças, Ensino, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Finanças. Nesta edição a Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos poder contribuir para a evolução da área.

A partir deste número, a revista está alterando sua período de publicação. O periódico continuará a ser quadrimestral, porém passará a, gradualmente, ser publicado mais cedo até chegar ao ponto de ser publicado no primeiro mês do quadrimestre e não mais no último. Assim, o terceiro número de 2016 será publicado no mês de novembro/2016, o primeiro número de 2017 será publicado no mês de fevereiro/2017 e o segundo número de 2017 será publicado em maio/2017 e, a partir daí, todos os números terão sua publicação nesta nova data.

Neste número, são apresentados oito trabalhos inéditos de diversas áreas, tais como contabilidade gerencial, contabilidade pública, auditoria e ensino e pesquisa.

No primeiro trabalho, Gláucia Teixeira Santos e José Roberto de Souza Francisco verificaram a solidez dos bancos brasileiros antes e após a crise financeira de 2008, analisando os indicadores de liquidez e o Modelo Fleuriet. Os resultados apontaram que as mudanças na gestão financeira, retração de crédito, alavancagem nas aplicações financeiras e, em títulos e valores mobiliários foram pontos que neutralizaram os impactos provocados pela crise financeira. Ressaltam-se as formas efetivas de atuação do Bacen quanto aos aspectos regulatórios de mitigação de riscos junto do sistema financeiro nacional, proporcionando liquidez, alavancagem operacional e estrutura de capital compatível com as necessidades exigidas pelo comportamento do mercado interno.

No segundo texto, Felipe de Oliveira Santos, Sâmia Regina Picanço de Jesus, Waldemar Antônio da Rocha de Souza e Tristão Sócrates Baptista Cavalcante avaliaram a influência de fatores contingenciais sobre a configuração e mutação do sistema de controle gerencial de um grupo econômico. A população alvo da pesquisa foram os diretores e gerentes de um grupo econômico, tendo sido validados 28 questionários. Por meio da estatística descritiva e da modelagem de equações estruturais (MEE), concluiu-se que: (i) as contingências internas influenciam a configuração do SCG; (ii) as contingências internas tem baixa influência sobre as mutações do SCG; (iii) a configuração do SCG e o ambiente possuem influência direta sobre a mutação do SCG; (iv) fatores externos pouco influenciam na ocorrência dos fatores contingenciais internos e; (v) os fatores contingenciais externos não influenciam diretamente na configuração do SCG.

Na sequência Ana Néles Chaves Perazo, Débora Gomes Machado, Ana Paula Capuano da Cruz e Alexandre Costa Quintana buscaram identificar o perfil dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis de três instituições públicas de ensino superior no Rio Grande do Sul. Os resultados revelaram que: em relação à qualificação acadêmica, a maioria dos docentes das três instituições possuía conhecimentos necessários à docência de acordo com a bibliografia consultada; quanto à formação pedagógica observou-se um reduzido número de docentes que haviam realizado algum curso complementar da área pedagógica ao longo da carreira e quanto à formação profissional pelo menos metade dos docentes das três instituições havia atuado no mercado de trabalho em alguma área contábil por pelo menos dois anos. De forma geral, os achados desta pesquisa sinalizam que ainda é preciso investir em qualificações acessórias, sobretudo nos âmbitos acadêmico e pedagógico.

No quarto artigo, Nelson Lambert de Andrade, Neide Pena Cária e Laís Gonçalves Andrade investigaram como a Contabilidade vem sendo abordada pelos currículos constantes dos Projetos Pedagógicos dos cursos bacharelados, da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). A pesquisa demonstrou que a adoção de um currículo atualizado possibilita a incorporação de conhecimentos contábeis e competências ao futuro profissional para a atuação nas organizações. Mais do que obter resultados contábeis acima da média do segmento, é preciso agregar valor para o acionista. Com isso, reforça-se a importância de um Núcleo Docente Estruturante para a qualidade dos currículos, sistematizados no Projeto Pedagógico do Curso.

Na sequência, Jessica Lima e Silva, Carlos André de Melo Alves e Lucas Eduardo Veras Costa analisaram a influência dos grupos econômicos nos prêmios diretos do mercado segurador brasileiro em 2012 e 2013. Os resultados mostraram, em geral, que os prêmios diretos das seguradoras foram influenciados pelos grupos econômicos aos quais as seguradoras estiveram vinculadas. Em 2012, os prêmios diretos das seguradoras independentes foram inferiores aos prêmios diretos das seguradoras do grupo econômico bancário e, em 2013, os prêmios diretos das seguradoras independentes foram inferiores aos prêmios diretos das seguradoras do grupo econômico bancário e de outros grupos econômicos. Adicionalmente, de 2012 para 2013 houve aumento nos prêmios diretos das seguradoras independentes e de outros grupos econômicos que diferem do bancário. Os resultados podem trazer subsídios para que acadêmicos, reguladores, acionistas e participantes do mercado possam melhor entender o comportamento dos prêmios diretos e a influência dos grupos econômicos atuantes no mercado de seguros no País.

Adalene Olivia Silvestre, Fernando Andrade Pereira e Ahmed Sameer El Khatib analisaram o conteúdo dos relatórios de auditoria independente (RAI) divulgados pelos clubes de futebol listados na Série A do Campeonato Brasileiro, bem como verificar quais são os principais fatores que motivaram a emissão de RAI modificados. Os resultados revelam que do total dos clubes, dezoito apresentaram RAI modificado em cada ano. Em 2010, dezessete apresentaram modificação por ressalva e apenas um RAI adverso, enquanto que em 2011 os dezoito clubes apresentaram modificação por ressalva. Quanto a quantidade de ressalvas de cada ano, reduziu de trinta e duas em 2010 para vinte e seis em 2011, sendo que em ambos os anos as contingências e o imobilizado foram os dois principais assuntos que justificaram a emissão de ressalvas. Complementarmente, foram contrastados os dados contábeis e indicadores econômico-financeiros dos clubes que obtiveram RAI modificado com os dos clubes que obtiveram RAI não modificado, através do Teste t de Student, o que possibilitou afirmar que,

na média, todos os dados contábeis e indicadores dos clubes com RAI não modificados, apresentaram melhores desempenhos do que os dados dos clubes com modificações no RAI.

No sétimo artigo, Nickson Kleyton Silva Nunes e Simone Bastos Paiva analisaram o tratamento contábil dado a dispêndios com remuneração de pessoal no contexto de uma gestão pactuada entre a organização social Cruz Vermelha e a Secretaria de Saúde do estado da Paraíba, à luz da LRF. Mediante os resultados encontrados, concluiu-se que, mesmo não sendo suficientes para elevar a despesa total com pessoal do Poder Executivo do Estado da Paraíba à extrapolação do limite máximo imposto pela LRF, as despesas na entidade pesquisada, pagas a título de “Outros Serviços de Terceiros”, merecem um tratamento contábil mais adequado, de modo que tal parceria não se constitua em instrumento que leve a não observância dos limites impostos pela LRF.

No último texto, Vanuza da Silva Figueiredo e Rosenclever Lopes Gazoni analisaram a transparência na divulgação das informações relativas a gestão de 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, verificando se estão atendendo aos dispositivos da Lei de Acesso à Informação. Concluiu-se que as prefeituras estão criando novas opções para ampliar o nível de transparência. Entretanto, há necessidade de um avanço maior nesse aspecto com a finalidade de atender os interesses da coletividade, garantindo o acesso a informações atualizadas e relevantes. A liberação em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, ainda não faz parte da realidade da administração pública.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin

Editor